AS CASAS FALAM EM PIRATINI - ATIVAÇÃO PATRIMONIAL DO LEGADO FARROUPILHA PARA ALÉM DO TOMBAMENTO

GISELE DUTRA QUEVEDO[1]; JULIANE CONCEIÇÃO PRIMON SERRES[2];

[1]UFPEL– gisele.quevedo.ppgmspc@gmail.com
[2]UFPEL– julianeserres@gmail.com

1. INTRODUÇÃO

Esta pesquisa faz parte da área interdisciplinar de Memória e Patrimônio e o objeto de estudo refere-se à trajetória do patrimônio na cidade de Piratini[1], Rio Grande do Sul, a partir da identificação de três momentos ou fases: monumental, cultural e novo regime de patrimonialidade.

A inspiração para a divisão da tese nas duas primeiras fases – monumental e cultural – veio da leitura da obra O Patrimônio em processo: Trajetória da Política Federal de Preservação no Brasil, de Maria Cecília Londres Fonseca e da pesquisa de campo, onde se observou que a patrimonialização na cidade de Piratini foi expressiva em cada um desses momentos. Ao analisar as discussões contemporâneas sobre patrimônio e ao observar o comportamento da comunidade de Piratini, que reivindicou a preservação do que considerava parte de sua história, chegamos à terceira fase que definimos como um novo regime de patrimonialidade.

A fase monumental está relacionada ao patrimônio como ato jurídico. Nesse período a seleção do que seria patrimônio esteve no centro do debate em torno da ideia de nação. Além disso, fica claro que a tônica do SPHAN[2] nesse período era preservar o patrimônio de uma elite e assim designá-la como formadora da identidade nacional.

Demonstrando o protagonismo do município de Piratini nesse momento, o seu primeiro processo de patrimonialização já circulava no SPHAN em fevereiro de 1938, sob o número 0097-T-38, com o tombamento da Casa de Garibaldi e do Palácio Farroupilha. No ano de 1951 foi aberto mais um processo, número 0450-T-

[1] A cidade de Piratini localiza-se na Mesorregião Sudeste Rio-grandense e na Microrregião da Serras do Sudeste. Está distante 345 km da capital do estado, Porto Alegre. E é reconhecida na História do Brasil pela importância que teve durante a Revolução Farroupilha, sendo a primeira e a última capital da República Rio-Grandense. A Revolução Farroupilha é a denominação do confronto entre a Província de São Pedro (atual Estado do Rio Grande do Sul) e o Império do Brasil, ocorrido entre 1835 e 1845. Em 1838, foi proclamada a República Rio-Grandense, almejando a independência política em relação ao domínio do governo central, mas mantendo os laços econômicos com o resto do país, propondo federar-se às demais províncias que adotassem a forma republicana. Piratini foi a capital da nova República de 1836 a 1839 e posteriormente em 1843 até o final do conflito (PESAVENTO, 1992, p.39).

[2] Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) foi a primeira denominação do órgão federal de proteção ao patrimônio cultural brasileiro, hoje Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). 1946 - O SPHAN tem o seu nome alterado para Departamento do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (DPHAN). 1970 - O DPHAN é transformado em Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). 1979 – O Iphan se divide em Sphan – órgão normativo - e Fundação Nacional Pró-memória (FNpM) – órgão executivo. 1990 – Extinção do Sphan e da FNpM e criação do Instituto Brasileiro do Patrimônio Cultural (IBPC). 1994 – A Medida Provisória de n° 752 determina que o Instituto Brasileiro do Patrimônio Cultural – IBPC e o Instituto Brasileiro de Arte e Cultura – IBA passem a denominar-se, respectivamente, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional e Fundação de Artes – FUNARTE.

51, que resultou no tombamento do Quartel General Farroupilha, restaurado pelo governo do estado e destinado para ser a sede do Museu Histórico Farroupilha, criado em 1953, para ser o órgão representativo do período da Revolução Farroupilha em todo o estado do Rio Grande do Sul, com a missão de preservar e de valorizar a memória desse período.

A fase cultural do patrimônio está relacionada a novos conceitos de patrimônio. Entre as principais mudanças desse período no Brasil podemos mencionar a descentralização da preservação do patrimônio a partir da criação de instituições de preservação nos estados, aliado a busca por novos sentidos de preservação com a criação do Centro Nacional de Referência Cultural (CNRC), e da Fundação Nacional pró Memória (FNpM).

Nesse momento o Sphan busca inspiração na Unesco para uma nova política visando demonstrar a relação entre valor cultural e valor econômico e não mais apenas convencer autoridades e sociedade do interesse público de preservar bens culturais. A criação do CNRC tinha como proposta central não preservar apenas as expressões culturais e arquitetônicas das elites de origem luso-brasileira, pois já existiam instituições e museus suficientes, mas as manifestações culturais “vivas”.

A fase do novo regime de patrimonialidade está relacionada ao patrimônio como experiência e tem como premissa vê-lo a partir da sua relação com a comunidade, onde é necessário que as pessoas o usem para fins vitais, construam memórias, afetos. Um patrimônio que está sempre em movimento, em ação e numa relação continua com a comunidade. Destacando na análise, o que importa discutir no trânsito das duas primeiras fases, é a ideia de que há em curso um novo regime de patrimonialidade, na qual se presume que para haver patrimônio é preciso investir nos sentidos e usos deste, que vão originar a terceira fase do nosso estudo.

Dito isso, pontuo aqui a distinção entre as duas categorias citadas acima, conforme interpretação a partir da leitura do historiador francês DOMINIQUE POULOT (2009), a patrimonialização é uma ação do Estado e de agentes relacionados às instâncias governamentais, com o poder de institucionalizar o patrimônio. Enquanto a patrimonialidade, está relacionada ao sentido e aos usos do patrimônio e pode se referir tanto àqueles já consagrados, como aos em que existe potencial de patrimonialização, uma virtualidade.

Podemos pensar sobre patrimonialização, segundo a perspectiva apresentada por POULOT (2009), para quem o conceito é um processo social e político que envolve uma série de atores, como instituições públicas, organizações da sociedade civil, especialistas, comunidades locais e grupos identitários, que buscam identificar e proteger os bens culturais que consideram importantes e que definem a política de um país em relação ao seu acervo artístico e cultural. No entanto, Poulot destaca ainda, que a patrimonialização não é um processo neutro ou objetivo, mas sim influenciado por interesses políticos, sociais e culturais. Alguns bens culturais são mais valorizados e protegidos do que outros, dependendo das visões, dos valores e dos atores envolvidos no processo.

O sociólogo francês JEAN DAVALLON (2014), por sua vez, diz que um objeto não pode adquirir o estatuto de patrimônio sem que haja interesse suficiente por parte dos membros do grupo, senão, é esquecido ou destruído e sem a possibilidade de se estabelecer a sua origem. Do contrário, conforme o autor, qualquer coisa poderia ser considerada patrimônio.

DAVALLON (2014) defende ainda que o regime de patrimonialidade se dá pela transformação permanente do patrimônio, pela sua transmissão. Para o autor, isso ocorre quando a gestão e a valorização do patrimônio são feitas pelo grupo ou pelas comunidades, e também pelo poder de revitalização desses grupos.

O objetivo geral dessa pesquisa visa analisar a trajetória da patrimonialização na cidade de Piratini, Rio Grande do Sul em cada fase da construção do patrimônio no Brasil, tendo como objetivos específicos:

- Compreender o processo de patrimonialização de Piratini na fase monumental do patrimônio;
- Identificar a participação da cidade de Piratini na fase cultural do patrimônio, quando começam a surgir novos conceitos de patrimônio e a preocupação em preservar as manifestações culturais;
- Analisar a nova patrimonialidade, quando a comunidade reivindica a preservação daquilo que considera sua memória e patrimônio;

Sendo assim, qual o papel do legado farroupilha para o pioneirismo e o protagonismo da cidade de Piratini na patrimonialização do Rio Grande do Sul? A tese é de que a cidade teve destaque em cada uma das fases da construção do patrimônio, sobretudo na fase monumental e cultural, em virtude da sua relevância histórica devido a seu papel na Revolução Farroupilha.

As categorias e os conceitos que nos ajudam a responder o problema de pesquisa, qual seja, a patrimonialização de Piratini, serão apresentados ao longo dos capítulos.

2. METODOLOGIA

As ferramentas usadas para coleta de dados serão a pesquisa em fontes históricas referentes aos processos de patrimonialização nas esferas: nacional, estadual e municipal, sendo realizada uma pesquisa documental nos inventários, processos de tombamento e documentos relacionados aos períodos de patrimonialização oficial na cidade, bem como cartas oficiais. Além do recurso à história oral, através dos relatos de pessoas envolvidas na preservação do patrimônio em Piratini. Utilizar-se-á dessa forma uma metodologia híbrida, analisando de maneira conjunta documentos e entrevistas de história oral. Após a análise desses conteúdos pretendemos compreender como foi o processo de construção dessas narrativas oficiais de patrimonialização.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

A pesquisa revelou os seguintes resultados:

1. Entre 1951 e 1963, Piratini foi o município gaúcho com o maior número de bens tombados no IPHAN, destacando-se na preservação do patrimônio cultural do Rio Grande do Sul.
2. Em 1953, Piratini ganhou a sede do museu responsável por preservar a memória Farroupilha no Rio Grande do Sul, demonstrando sua relevância histórica devido a seu papel na Revolução Farroupilha.
3. Durante esse período, Piratini implementou as primeiras leis de preservação do patrimônio, sendo um dos primeiros municípios do Rio Grande do Sul a desenvolver um plano diretor e um plano urbanístico específico para a proteção de seu patrimônio.
4. Na fase cultural, o centro histórico foi delimitado com a colaboração de diversos especialistas, resultando no tombamento de 15 bens pelo IPHAE em 1986, tornando Piratini o município com o maior número de bens tombados no RS naquela época (agora, ocupa a segunda posição, perdendo apenas para Porto Alegre).

5. Na década de 1990, Piratini recebeu um inventário de conhecimento, com 119 fichas para a área urbana e 17 para a área rural do município, consolidando ainda mais seus esforços na preservação do patrimônio cultural.

4. CONCLUSÕES

A principal contribuição dessa tese é ser a primeira pesquisa que aborda a relevância do município de Piratini no processo de patrimonialização do Rio Grande do Sul. Cumpre destacar ainda, que essa pesquisa não se propõe a analisar a construção da memória pelas abordagens das fontes historiográficas, imprensa ou monumentos, pois todos já foram amplamente discutidos e abordados. Sendo assim, esta pesquisa se situa, no campo dos estudos de problematização dos processos oficiais de valoração patrimonial enquanto atos de poder de construção memorial e simbólica do Estado. Mas mais do que isso, entender os usos do passado e os valores que transitam nas relações atuais entre a comunidade e o patrimônio cultural.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

DAVALLON, Jean. À propos des régimes de patrimonialisation: enjeux et questions. **Patrimonialização e sustentabilidade do patrimônio**: reflexão e prospectiva, Lisboa, p.1-29, 2014.

_____. Comment se fabrique le patrimoine: deux régimes de patrimonialisation. In: KHAZNADAR, C. **Le patrimoine, oui, mais quel patrimoine?** Arles: Actes Sud, p. 41-57, 2012.

_____. El juego de la patrimonialización. In: Xavier Roigé, Joan Frigolé, Camila del Mármol. **Construyendo el patrimonio cultural y natural parques, museos y patrimonio rural.** València: Germania, D.L., p. 47-76, 2014.

FONSECA, Maria Cecília Londres. **O patrimônio em processo:** trajetória da política federal de preservação no Brasil. Rio de Janeiro: UFRJ, 2017. 328p.

POULOT, Dominique. **Uma história do patrimônio no Ocidente**. São Paulo: Estação Liberdade, 2009.